

JORNAL DE BRASÍLIA

PMDB nega apoio; Bresser vai a deputados

Valdo Cavalcanti



Ulysses anuncia comparecimento de Bresser, mas não avança o apoio do partido ao pacote

Sudene gera conflito entre pefelistas e peemedebistas

Recife — Um conflito iminente entre o PMDB de Pernambuco e o PFL do estado começou a se desenhar ontem na Sudene onde, por indicação do ministro do interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, o advogado Romário Dias assumiu a superintendência adjunta do órgão. Ninguém do PMDB, nem mesmo o superintendente Dorany Sampaio, que está doente desde sexta-feira, foi informado da hora da transmissão do cargo e logo após sentar à sua mesa para despatches, Dias afirmou que exercera no órgão todos os poderes que estão previstos no regulamento da Sudene: «não abrirei mão de nenhum» — disse.

Entre esses poderes estão a substituição do Superintendente nos seus impedimentos, a articulação com os governos regionais e a coordenação de todos os programas e projetos do órgão. A superintendência adjunta já era do PFL e estava ocupada pelo advogado João Falcão Ferraz, mas este vinha perdendo as funções

regimentais desde que o governador Miguel Arraes derrotou o PFL no estado, elegendo-se com uma diferença de 600 mil votos: «falcão era uma figura decorativa» — afirmava ontem um alto funcionário da Sudene, argumentando que a escolha de Dias irritou o PMDB porque ele vem com aval do ministro para assumir todas as funções que lhe são de direito.

A ocupação da superintendência adjunta por Romário Dias, gera protestos peemedebistas desde a semana passada quando o líder do partido na Assembleia, Marcus Cunha, defendeu a renúncia do superintendente Dorany Sampaio, indicado para o cargo pelo governador Miguel Arraes: «o PFL agora vai às últimas consequências no seu projeto de instalar um governo paralelo em Pernambuco», sublinhou Cunha ao afirmar que é impossível evitar os confrontos entre os dois partidos dentro do órgão daqui para a frente. Na sexta-feira a tensão aumentou quando Dorany foi hospitalizado com

problemas cardíacos. Imediatamente o PMDB divulgou que ele não compareceria à posse de Romário por indicação médica e ficaria de licença por cinco dias. Se confirmaram, nem o PFL avisou a qualquer pessoa do gabinete sobre a hora em que Romário assumiria o cargo e nem Dorany Sampaio, mesmo impedido por licença médica, transmitiu o posto para o seu substituto interino. O novo superintendente argumentou que Dorany «certamente ficará bom ainda hoje (ontem) e despachará com normalidade».

Os médicos que cuidam do Superintendente pediram hoje nova bateria de exames e já informaram à sua família que não sabem ainda o dia em que ele reassumirá o posto. O seu chefe de gabinete, Francisco Cartaxo, resumiu à tarde o estado de ânimo peemedebista: «o clima não está bom» — argumentou, mas afastou a possibilidade de Dorany entregar o cargo: «isso não vai acontecer, pode escrever».

Arraes improvisa na Casa Militar

Recife — Depois de ouvir a opinião de vários assessores, o governador Miguel Arraes resolveu adotar uma solução provisória para preencher a chefia da Casa Militar: confirmou para responder interinamente por aquela secretaria o tenente-coronel Mauro Resende, que atualmente é o subchefe. Ele assume o cargo hoje pela manhã em função do afastamento do titular, coronel Hilton Resende Monte, que foi transferido para a reserva.

Essa decisão do governador aparentemente contentou os setores de esquerda de Pernambuco, que através do escritor e militante comunista Paulo Cavalcante vetaram a indicação do coronel Adelson Alves Wanderley para aquele posto, sob a alegação de que ele teria colaborado com a repressão política em Pernambuco na década de 60.

Contestou também o oficialato da Polícia Militar, que através de uma nota divulgada na última sex-

ta-feira deixou claro que a corporação não voltava atrás na indicação do nome do coronel, feita pelo comandante da PM, coronel Fernando Pessoa, ao governador.

Ontem, ao despachar com o titular do cargo, Hilton Resende, o governador Miguel Arraes acertou com ele essa solução. O Diário Oficial de hoje circulará com o decreto de exoneração do coronel Hilton, e a indicação do subchefe para substituí-lo interinamente. Com essa solução, o governador espera — segundo confidenciou ontem a alguns assessores — que se encerre a celeuma que se instalou no Estado com a denúncia de Paulo Cavalcante, para então decidir se acatará ou não o nome do coronel Wanderley para o exercício daquela função. O coronel já teve sua indicação aprovada pelos setores ligados à Igreja e por quase toda bancada do PMDB na Assembleia Legislativa, mas Arraes pretende consultar outros segmentos antes de tomar uma decisão.

Newton dá cargos pelo apoio do PDS mineiro

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso está concluindo um acordo político com o PDS em Minas, para receber o apoio de suas bancadas estadual (quatro deputados) e federal (três), destinando ao partido alguns cargos na administração estadual e podendo, inclusive, recrutar um deputado federal do PDS para uma secretaria de estado, abrindo vaga ao primeiro suplente, ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel, que teve 22 mil 829 votos em novembro passado.

A revelação dos entendimentos com o PDS foi feita pelo próprio governador Newton Cardoso, que disse já ter destinado um cargo para o ex-deputado estadual Mário Pacheco, irmão do ex-governador Rondon Pacheco, ambos derrotados ano passado, o primeiro tentando reeleger-se e, o segundo, buscando uma vaga no Senado, pelo PDS. O líder do PDS na Assembleia Legislativa, deputado Samir Tannus, disse que, caso se confirme o retorno de Ibrahim Abi-Ackel à Câmara, «a Constituinte vai ganhar um grande jurista».

Os entendimentos do PDS com o governador Newton Cardoso começaram quando o senador Itamar Franco, então candidato do PL ao governo de Minas, rejeitou o apoio dos pedessistas. Estes decidiram não apenas lançar candidato próprio, o senador Murilo Badaró, mas também funcionar com o objetivo de derrotar o senador Itamar Franco, o que acabou ocorrendo, porque Badaró con-

seguiu 337 mil votos e a diferença de Cardoso sobre Franco foi de apenas 299 mil. Não fosse a candidatura Badaró, essa diferença talvez fosse favorável, em boa parte, ao candidato da coligação liderada pelo PFL, Itamar Franco.

O governador Newton Cardoso não esconde seu desejo de ampliar suas bases parlamentares, onde conta com uma maioria constituída pela bancada do PMDB (41 deputados), mais a bancada do PTB (três). O governador vem se ressentindo da falta de apoio objetivo da bancada do PMDB, cujos integrantes têm se recusado a ir à tribuna defender seu governo, desgastado pela greve do funcionalismo, que paralisa há quase dois meses a maioria das escolas públicas e das repartições.

Além da nomeação de diversos pedessistas para cargos de confiança do governo, o governador Newton Cardoso poderá, inclusive, recrutar o deputado Antônio Melo Reis (PDS — MG) para ocupar uma secretaria de estado a ser criada, a fim de assuntos metropolitanos, a fim de abrir vaga na Câmara a Ibrahim Abi-Ackel. Cardoso, com este gesto, ainda procurará minar as bases do senador Itamar Franco em Juiz de Fora, já que Melo Reis é o principal adversário do senador mineiro naquela cidade, da qual elegeu-se prefeito pela Arena. Abi-Ackel foi recebido em audiência, na semana passada, pelo governador, no Palácio dos Despatches.



Costa Couto: precipitação

Presidente adia reunião do Conselho

O presidente Sarney só poderá reunir o Conselho Político na próxima semana. Ele pretendia promover o encontro no último dia 17, mas adiou-o, a pedido dos líderes Luiz Henrique (PMDB) e José Lourenço (PFL), que embarcaram para Portugal. Sarney não marcou nova data porque no decorrer desta semana fará duas viagens: amanhã, a Conceição do Mato Dentro (MG) e quinta-feira ao Rio de Janeiro.

A história dos adiamentos da reunião do Conselho Político não tem qualquer conotação política. Na verdade, trata-se de uma disputa de espaço entre dois dos principais auxiliares do presidente Sarney: o consultor-geral da República, Saulo Ramos e o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Enquanto Costa Couto anunciava a reunião do Conselho Político, sem que o presidente tivesse marcado nova data, Saulo Ramos anunciava o projeto de lei sobre o abuso do poder econômico, que ainda não foi enviado ao Congresso Nacional. E o próprio presidente da República se surpreende com o noticiário informando sobre os dois assuntos.

Naturalmente esvaziado desde que foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho Político em sua próxima reunião examinará basicamente três temas: o plano econômico de emergência, anunciado no dia 12 de junho; a organização de Estado e a organização social, aprovadas pelas Comissões Temáticas da Constituinte e que não agradam ao presidente da República.

O esvaziamento do Conselho Político não preocupa Sarney. Ele tem consciência de que o momento nacional transferiu para a Constituinte todos os debates políticos do país. Além disso, a ponta entre Sarney e Ulysses Guimarães se encontra, no momento, bastante fortalecida, não havendo necessidade de diálogos formais. E a outra ponta da Aliança Democrática, o Partido da Frente Liberal, está desestimulado desde que foi restabelecido o diálogo entre Sarney e Ulysses.

O ministro da Fazenda, Carlos Bresser Pereira, comparecerá no dia 30 deste mês, às 10 horas, à Câmara dos Deputados. Até agora, o ministro não recebeu da cúpula do PMDB o apoio formal ao pacote econômico, embora tenha feito pedido neste sentido aos seus dirigentes.

O anúncio do comparecimento do ministro à Câmara foi feito pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Apesar de já estar tudo marcado, só amanhã haverá uma sessão extraordinária para votar os requerimentos de convocação, que já haviam sido formalizados antes da edição do Plano Bresser.

O comportamento de toda a cúpula do partido — exceto do senador Mário Covas, que criticou alguns aspectos do novo plano econômico — pautou-se por uma observação, feita pelo deputado Ulysses Guimarães na residência do ministro Raphael de Almeida Magalhães, dois dias antes do anúncio do pacote: «Não vamos contribuir, mas também não vamos atrapalhar». Dentro do próprio partido, essa postura já está sendo chamada de «estratégia de Pilatos». Os líderes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique habilmente conseguiram responder às perguntas dos repórteres durante toda a semana passada sem emitir suas opiniões pessoais, dizendo sempre que «o ministro acha que vai dar certo», «Bresser diz que não há arrocho salarial».

Já Ulysses diz que apóia o plano, mas ainda não dispõe de elementos suficientes para avaliar pontos fundamentais, como a política salarial. E esclarece que o plano é do governo e não do PMDB. Na quinta-feira passada, apesar do pedido do Ministério da Fazenda, Ulysses não colocou em pauta na reunião da Executiva Nacional do PMDB uma manifestação favorável ao plano. E mais: o senador Mário Covas, líder do partido na Constituinte, fez críticas ao pacote em uma de suas intervenções e nenhum dos dirigentes do PMDB se dispôs a contestar.

Omissão já não é novidade

Andrei Meireles

O fato de o PMDB se omitir diante de uma decisão de governo não é propriamente uma novidade. Ao contrário: é a regra. A exceção foi na decretação da moratória da dívida externa, apoiada pronta e formalmente pelo partido. No Plano Cruzado, em fevereiro de 86, o deputado Ulysses Guimarães saiu do Palácio dizendo que não era uma proposta de seu partido. Horas depois, voltou atrás e apoiou. No Cruzado II, Ulysses deu aval prévio, mas recuou logo após as reações negativas que se seguiram a sua divulgação. Na greve geral do dia 12 de dezembro, pressionado pelo governo, o

Quatro deputados pedem convocação

São quatro os requerimentos feitos para convocar o ministro da Fazenda para esclarecer as medidas econômicas do governo aos deputados. Três são dos pedessistas Vitor Faccioni (RS), Adylson Motta (RS) e Cunha Bueno (SP) e um é do peemedebista José Natal (GO). Todos os requerimentos enfatizam a necessidade de esclarecimentos sobre os rumos da economia e já haviam sido formalizados antes das recentes medidas de congelamentos de preços e salários.

O ex-ministro Dilson Funaro caiu exatamente na véspera de comparecer à Câmara dos Deputados.

Sem muita intimidação com matéria econômica, Ulysses demonstra ter aprendido com os pacotes anteriores. No Cruzado I, sua primeira reação foi contrária, mas, ao ser informado da reação popular favorável, passou a apoiá-lo enfaticamente. No Cruzado II, deu logo apoio, mas recuou a seguir, diante da generalizada insatisfação popular. Agora, embora torça para que o plano dê certo, adota um comportamento mais de expectativa, evitando comprometer o partido com um pacote que pode ou não ter êxito. Não quer correr riscos.

Por sua vez, o PFL, que não assumiu publicamente a responsabilidade pela indicação do ministro da Fazenda, está se colocando à disposição de Bresser Pereira para dar respaldo a seu projeto econômico. O apoio do PFL é considerado, contudo, insuficiente pelo governo, que gostaria de contar com o respaldo do PMDB. Mas uma definição do partido, ao que tudo indica, só será tomada mesmo na Convenção Nacional, nos dias 18 e 19 de julho.

PMDB produziu uma nota com o objetivo de não desagradar a ninguém: ao final de sua leitura não se sabia com precisão se o partido era o favor ou contra.

Mais recentemente, quando o presidente José Sarney comunicou à Nação, através de cadeia nacional de rádio e televisão, que decidira permanecer cinco anos no poder, a direção do PFL, como sempre, rapidamente formalizou o apoio à decisão presidencial. O PMDB até hoje não se posicionou: deverá fazê-lo contra a vontade de Ulysses nos próximos dias 18 e 19 em sua convenção nacional. As divergências internas do partido e o estilo de Ulysses, formado na velha escola do PSD.

Brizola vê acordo para dividir poder

Campinas — A fixação de um mandato de cinco anos para o presidente da República pela futura Constituição faz parte de um acordo entre Sarney e o deputado Ulysses Guimarães «sobre a repartição de posições na direção do país». Essa é, pelo menos, a opinião do ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, o qual disse ontem, em Campinas, que «só um ingênuo poderia acreditar que não houve entendimento entre eles».

Brizola discorda dos que afirmam que os cinco anos de mandato para Sarney sejam uma exigência dos militares. Para ele, «os militares até estão dando bons exemplos de assimilação dessa fase democrática».

Segundo Brizola, «se essa exigência fosse verdadeira, a situação do doutor Ulysses se complicaria muito». O ex-governador observou que, nesse caso, o presidente do PMDB e da Constituinte «deveria ser o primeiro a tornar público que os militares querem impedir o povo de votar, como fez no tempo do general Figueiredo, quando era oposição».

Brizola considera o termo «pacto do diabo» apropriado para o suposto acordo entre Sarney e Ulysses. «Trata-se de um pacto tão sem sentido — disse Brizola — que

só pode ter inspiração diabólica».

O ex-governador acredita na hipótese de que o «pacto» tenha sido firmado para impedir que ele chegue à Presidência da República, através de eleições diretas. «Essa preocupação existe — destacou Brizola — e é, aliás, injusta em relação a mim. Não sou ameaça para eles nem para ninguém, mas apenas uma força em favor do povo brasileiro».

Um exemplo disso, de acordo com Brizola, é a «preferência» do PDT pela formação de alianças com outros partidos numa eventual eleição direta para a presidência. «No passado — lembramos o ex-governador — desenvolvemos o trabalho apoiando outros candidatos, em coligação. Basta encontrar alguém que mereça nosso apoio». Segundo Brizola, o PDT pretende unir-se «às forças que pensemos como nós, com as quais não tenhamos incompatibilidade». Ele não descartou, entretanto, a possibilidade de seu partido lançar candidato próprio «e concorrer em faixa isolada».

Leonel Brizola esteve em Campinas como convidado do projeto «Brasil: memória política», promovido pela Unicamp.

Governadores temem que crise gere novo golpe

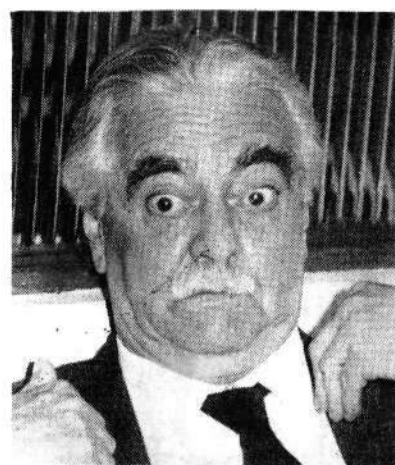
São Paulo — Os governadores da Bahia, Waldir Pires, e de Pernambuco, Miguel Arraes, confienciaram ao vice-governador paulista Almino Afonso que estão preocupados com a possibilidade de uma nova intervenção militar no país, caso o presidente José Sarney não consiga controlar a atual crise econômica. Almino encontrou-se com Arraes, em Recife, na noite da última sexta-feira e por todo o dia de sábado. Viajou no mesmo sábado à noite para Salvador, conversando domingo com Pires.

«Não dá para continuarmos todos caminhando para o matadouro como boi urrando», disse Almino aos governadores. Estes foram os primeiros encontros do vice-governador paulista com os governadores do PMDB. Ele decidiu conversar com as principais lideranças nacionais sobre

«o vazio do poder que existiria no país e que, na sua opinião, só poderá desembocar em um golpe militar».

«Vou perguntar aos governadores se vamos continuar todos quietos diante da situação nacional. Já vi muito golpe do Estado em minha vida para ficar quieto», disse ontem em seu gabinete, em São Paulo, Almino Afonso, explicou que procurou Arraes e Pires, seus amigos particulares há 30 anos, para que pudessem fazer uma análise conjunta da crise política brasileira.

Ele revelou que os governadores de Pernambuco e Bahia também estão preocupados com o vazio de poder, o que o levou à decisão de percorrer o país, por enquanto, conversando sobre o tema. «Sou um detonador. De inquietações», definiu-se.



Jânio, enfatiado do cargo

A cadeira de Jânio agora é desprezada

São Paulo — A cadeira que o prefeito Jânio Quadros resolveu detetar no dia de sua posse — semanas antes, por insistência da revista Veja, o candidato do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, havia posado nela para tirar fotografias — continua vazia. Tão disputada no dia das eleições, em novembro de 1985, agora ninguém a quer, nem mesmo o prefeito interino, Cláudio Lembo.

Desprezada pelo vice, Artur Alves Pinto, que também resolveu viajar para a Europa, porque é deputado estadual e, sentando nela, perderia o mandato, e não podendo ser usada pelo presidente da Câmara, Antônio «Totó» Sampaio, ainda internado no Instituto do Coração, a cadeira de prefeito da maior cidade do país está juntando poeira desde o dia 27 de maio, quando Jânio tirou sua terceira licença desde que assumiu e viajou para a Suíça (na semana passada, ele pediu mais 30 dias e se foi autorizado pela Câmara, ficará longe da Prefeitura até o dia 5 de agosto).

Cláudio Lembo preferiu ficar despachando em seu gabinete de secretário dos Negócios Jurídicos, na ponta oposta do prédio projetado por Oscar Niemeyer, no parque do Ibirapuera. Até a inseparável secretária de Jânio, Kalime Gadia, fez as malas e viajou para a Europa, seguindo os passos do chefe.

Jânio agora só é lembrado nos cartazes espalhados por todos os corredores do Ibirapuera, com o título da mensagem que enviou a Câmara municipal do ano passado: «Trabalho e austeridade». Desde que viajou, Jânio Quadros não telefonou nenhuma vez para o interino Lembo, nem mesmo para lhe avisar que pediria o prolongamento da sua licença. Lembo faz blague: «Ele confia em mim... estranho seria se ele ficasse toda hora me telefonando».

Antes de viajar, Jânio chamou o interino para uma conversa de 40 minutos, em que lhe apresentou as tarefas prioritárias, cuidadosamente anotadas por Lembo num papel de memorando que carregava em sua pasta: muita atenção para a CMTC (a companhia municipal de ônibus), acompanhar de perto o fornecimento de merendas nas creches e escolas, e olho vivo na limpeza pública.

Aos poucos, Lembo até vai assimilando o estilo. No último domingo, ao volante do seu Alfa-Romeo amarelo, ano 1977, o interino ficou possesso ao ver um carro cometendo infração de trânsito em plena Avenida Paulista. Ele anotou a placa e mandou seu ajudante de ordens tomar providências. Multar motoristas infratores era a diversão predileta de Jânio antes de se enfadist do cargo.

Parlamentar prevê racha na convenção

Fortaleza — O coordenador da bancada federal do PMDB cearense, deputado Expedito Machado, admitiu ontem que poderá haver um racha do seu partido durante a convenção nacional, marcada para os dias 18 e 19 de julho, em Brasília. Explicou que a divisão é de caráter ideológico, tomando como base que o grupo Centro Democrático hoje «é maioria» dentro do PMDB, cuja tendência poderá ser ainda mais majoritária, com a adesão do que considerou maioria silenciosa. Expedito Machado referiu-se aos deputados e senadores que se têm silenciado diante da disputa dos grupos peemedebistas: os que defendem os cinco anos para o mandato do presidente Sarney, liderados por Ulysses Guimarães e o centro democrático; e os que estão ao lado do senador Mário Covas, com os quatro anos para Sarney.

O parlamentar cearense acha que a convenção do PMDB votará a favor dos cinco anos para o mandato do presidente do sistema presidencialista.

Covas

No Rio, o líder do PMDB, na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, disse que a implantação no país de um sistema misto de governo — «um presidencialismo parlamentarizado» — contribuirá para a consolidação dos partidos e para que se crie uma estrutura democrática sedimentada, consideradas por ele como essenciais à adoção do sistema parlamentarista, do qual é partidário.